

A ATUAÇÃO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS NA EXPERIÊNCIA INUSITADA DO ENSINO REMOTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Maria José Barbosa¹
Alexandra de Paiva Nepomuceno²
Aurinete Alves Nogueira³
Elizangela Silva Mesquita⁴
Francisca Regiane S. de Sousa⁵
Henriqueta Rocha de Abreu⁶
Lara Ronise de Negreiros P. Scipião⁷*

Eixo temático 10. Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas

Resumo: Recorte de uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização (GEPA), vinculado à Faculdade de Educação/Universidade Federal do Ceará (UFC). Objetiva descrever o modo como as professoras vivenciaram remotamente a estruturação do ensino e como se organizaram em relação aos aspectos didático-pedagógicos. Retrata uma pesquisa qualitativa, realizada de abril a junho de 2020, com professoras dos três primeiros anos do ensino fundamental, das redes pública e particular de ensino. Indica-se a maneira como as professoras foram orientadas pelas instituições oficiais para o desenvolvimento de ações, como as de planejar e, ainda, são identificados quais possíveis recursos subsidiaram suas práticas docentes. Evidencia-se o fato de que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo desafio imposto pelo isolamento social, provocado pela doença do COVID-19, que marcará a história mundial, a atuação das professoras, durante o ensino remoto, reafirma o compromisso com a educação, fortalecendo seu papel social.

Palavras-chaves: Alfabetização. Ensino remoto. Protagonismo Docente.

Introdução

O isolamento social ocasionado no mundo com vistas a prever e conter a doença COVID-19 provocou diversas mudanças no modo de viver das pessoas, não tendo sido

¹Doutora em Educação pela UFC. Profª Adjunta da Faculdade de Educação - UFC. Contato: mazedbarbosa@ufc.br

²Especialista em Alfabetização de Crianças pela UECE. Professora – SME/Fortaleza. Contato: aleandranepomuceno@gmail.com

³Especialista em Gestão Educacional pela Uni7. Professora – SME/Fortaleza. Contato: aurineteanogueira@gmail.com

⁴Especialista em Alfabetização e Multiletramentos pela UECE. Supervisora Escolar SME/Fortaleza. Contato: elizangelasilvamesquita@gmail.com

⁵Especialista em Alfabetização e Letramento pela UNESA. Professora - SME/Fortaleza. Contato: regianesabinos@gmail.com

⁶Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. Formadora SME/Fortaleza. Contato: henriquetarocha@yahoo.com.br

⁷Mestra em Educação pela UFC. Formadora SME - Fortaleza. Contato: larascipiao@gmail.com

diferente no Brasil. Resultando na paralisação de setores diversos da sociedade e comprometendo a execução de atividades socioeconômicas e culturais. No âmbito desta realidade, a educação também foi atingida, porquanto todos os níveis e modalidades de ensino formal e não formal tiveram seus espaços fechados.

Após o influxo do fechamento dos nossos espaços de trabalho, escolas e universidade, emergiram algumas indagações: como manter o vínculo das crianças com a escola? De que jeito garantir o acesso às atividades planejadas para o período emergencial?

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado do Ceará manifestou-se por meio do Decreto nº 33.510/2020, suspendendo o ensino presencial em todos os níveis e redes de ensino público. Este conformou o primeiro passo para, logo em seguida, ser implantado o ensino remoto para todos os níveis.

Nesta direção, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização - GEPA, ação de extensão desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, sentiu a necessidade de registrar este momento. Com essa intenção, organizou uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada no período de abril a junho de 2020, com o objetivo de investigar a percepção das professoras sobre a experiência com o ensino remoto na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Foi aplicado virtualmente um questionário com quesitos fechados e abertos para docentes da pré-escola e dos três primeiros anos do ensino fundamental de estabelecimentos públicos e privados na Capital do Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza. Tivemos o total de 78 (setenta e oito) respondentes, sendo 27 (vinte e sete) da pré-escola e 51 (cinquenta e um) dos três primeiros anos do ensino fundamental.

Neste artigo, reportamo-nos aos resultados coletados dentre as pesquisadas dos três primeiros anos do ensino fundamental. Concentramos a perspectiva sobre a iniciativa da proposta de ensino remoto e a modalidade de planejamento das práticas. A intenção foi descrever a maneira como as professoras vivenciaram a estruturação do ensino no âmbito espaçotemporal, de que modo se organizaram relativamente aos aspectos didático-pedagógicos e, por fim, que recursos e apoio subsidiaram o desenvolvimento do trabalho docente.

Recorremos, para fundamentar a análise dos dados, a autores como Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) e Saviani e Galvão (2021), acerca de ensino remoto, e documentos oficiais expedidos pelo Conselho Nacional de Educação, Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, Associação de Prefeitos e União de Dirigentes Municipalistas do Ceará.

Organizamos o texto em seções, nas quais descrevemos nossa compreensão sobre o ensino remoto emergencial. Em seguida, oferecemos os resultados com a descrição das

professoras pesquisadas e a reflexão sobre a maneira como vivenciaram a estruturação do ensino remoto, como se organizaram no concernente aos aspectos didático-pedagógicos e que recursos e apoio subsidiaram o desenvolvimento do trabalho docente.

2 Ensino remoto nos anos iniciais do ensino fundamental

O ensino remoto emergencial (ERE), adotado para atender as demandas da escolarização de crianças, jovens e adultos, conforme Castanho e Soares (2020, s.p) é aplicado em casos de catástrofes ou razões de força maior que impeçam a efetivação de aulas presenciais.

No entanto, denúncias veiculadas nos meios de comunicação sobre a baixa cobertura de atendimento escolar na rede pública, demonstraram que as aulas de modo remoto desenvolveram-se sem atender a grande parcela dos educandos. Este constitui um fato denotativo das carências tecnológica das nossas escolas e também de grande parcela das famílias dos nossos educandos.

A Resolução nº 022/2020, do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, sugere canais para atividades pedagógicas não presenciais, além dos meios digitais, programas de televisão ou rádio, bem assim material didático impresso. Recomenda, ainda, que sejam elaborados guias de orientação “das rotinas de atividades educacionais” para famílias e estudantes. Aqui reforçamos esta necessidade, com amparo em Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p 8), quando afirmam:

[...] no ensino remoto, a vigilância hierárquica recobre-se com uma nova camada em relação àquela que era mobilizada pelas atividades presenciais: a dos professores e dos alunos pelos pais, tendo em vista que a sala de aula se desloca para a sala da casa. Em relação aos filhos, os pais passam a desempenhar a função de organizar o horário e de fiscalizar seu cumprimento.

Conforme constatamos, nos escritos das professoras pesquisadas, os pais não receberam estas orientações, uma vez que ficaram inseguros, sem paciência para condução das atividades, alguns com dificuldades ampliadas, em decorrência do baixo grau de instrução.

O Parecer 05/2020, do Conselho Nacional de Educação, ao tratar dos objetivos de aprendizagem, atenta para a maneira de organizar as atividades. Com efeito, assim indica:

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas

de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares.

E ainda sobre o mesmo parecer do CNE, a orientação para o uso do *WhatsApp* é sugerida para o ensino fundamental, anos finais e ensino médio. Consoante a pesquisa, o referido aplicativo de mensagens foi amplamente utilizado pelos professores dos anos iniciais - “[...] utilização de mídias sociais de longo alcance (*whatsapp, facebook, instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais.” (BRASIL, 2020).

Detectamos também que durante esse período pandêmico, acentuou-se a já precarizada atividade laboral docente. A respeito desta ocorrência, atentemos para o que exprimem Souza *et al* (2021, p. 137):

[...] E, de fato, docentes estão submetidos extemporaneamente a um novo processo de trabalho, combinando aspectos da modalidade de teletrabalho com algumas características (da má qualidade) do ensino a distância, suscitando um novo e polêmico tipo de educação designada “ensino remoto”.

Este breve recorte visa a contextualizar e delinear a nossa percepção acerca da situação do ensino remoto. Com efeito, na sequência, delineamos os resultados obtidos, com amparo nos indicadores recolhidos na pesquisa.

3 Resultados e Discussão

Em razão de serem respondentes mulheres é que adotamos a denominação **professoras**. No que é pertinente à formação acadêmica, do total de 51 professoras, quatro têm o curso de nível médio pedagógico, 36 detêm diploma de nível superior em Pedagogia e 11 cursaram pós-graduação, nove com especialização e duas com mestrado. Sobre o local de atuação, 41 lecionam em escolas públicas e dez em escolas privadas.

As professoras tomaram conhecimento sobre o ensino remoto por intermédio de vertentes distintas: 41 (80,4%) foram orientadas pelas Secretarias Municipais de Educação, enquanto outras 5 (9,8%) registraram que as orientações partiram da instituição educativa, ao passo que 4 delas (7,8%) de nenhuma fonte.

As pesquisadas têm matriculado em suas turmas um total de 1.779 alunos, porém, no período de isolamento social, afirmam manter contato com 1.380 (77,6%) crianças. Infere-se, no entanto, que as ações pedagógicas não chegaram a 399 crianças (22,4%), dado

preocupante, considerando que estes primeiros anos de ensino são importantes na alfabetização desse contingente infantil.

Questionamos se a instituição escolar havia realizado busca pelas crianças que não fizeram contato: 26 (51%) professoras responderam positivamente ao questionamento, ao mesmo tempo em que a indagação foi respondida em negativo por 25 (49%). O meio de atender as crianças sem contato virtual foram: a) envio de livro didático e b) entrega de material impresso quando da distribuição das cestas básicas. Conforme recomendações expressas na *Nota Técnica Covid-19 nº 2*, elaborada pela APRECE/UNDIME-CE.

Conforme indicado pelas participantes, as famílias enfrentavam dificuldades, como desemprego e falta de condições econômicas a fim de propiciar que os seus filhos tivessem acesso à *internet* e a equipamentos tecnológicos para a realização dos estudos. Leiamos a reprodução do discurso expresso pela Professora 48 – 2º ano:

Convivemos com famílias muito sofridas financeiramente. Logo, os recursos são escassos a ponto de ter um celular para cinco filhos, não tem internet, portanto falar de aula remota para esse segmento é muito complicado [...].

De acordo com as professoras, o aplicativo *WhatsApp* é o meio mais usual para realização de chamadas de vídeo, envio de áudios às crianças, mensagens e atividades. Apesar de considerarmos bastante frágil esta modalidade de interação entre professora e educando, o aparelho celular nunca foi tão fundamental para este fim, visto ser o modo mais acessível às famílias. Na opinião de Saviani e Galvão (2021),

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial (...), determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias [...]. (P. 39).

Indagamos se as professoras já haviam realizado cursos que abordassem a docência na modalidade de ensino a distancia: 40 (78,4%) sinalizaram que não, e 11 (21,6%) responderam positivamente. Com relação à experiência de trabalho com alguma modalidade de ensino não presencial, 46 docentes (90,2%) nunca trabalharam, enquanto 5 (9,8%) responderam que sim. Os números evidenciam o grau de inexperiência e desconhecimento no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem numa perspectiva de ensino não presencial e, sobretudo, a necessidade e urgência de momentos formativos que privilegiem as atuais e difíceis circunstâncias.

O CNE através do Parecer 05/2020, assim como o CME de Fortaleza na Resolução 022/2020, recomendam a realização de formação para os professores com enfoque na “[...] utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas”. (BRASIL, 2020). Perante a circunstância repentina e destituída de formação imediata, as professoras demonstraram resiliência ante a realidade, buscando com recursos próprios desenvolver remotamente o ensino, superando seus desconhecimentos no uso das tecnologias da informação e comunicação.

Sobre a estruturação e disponibilização de algum planejamento pedagógico emergencial específico, 22 (43,1%) professoras afirmaram que houve um planejamento orientado pela escola, enquanto 29 (56,9%) relataram não ter havido esta ação. De acordo com o artigo 3º da Resolução CME nº 022/2020, os sistemas devem “[...] III - Apoiar e incentivar os docentes na reorganização das ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estivessem suspensas[...]”.

No que tange à formação direcionada para a realização das atividades escolares remotas, 15 professoras (29,4%) exprimiram que houve a oferta. Em contrapartida, 36 (70,6%) indicaram que não. Fica evidente a falta de atuação do sistema e que elas tiveram que buscar estratégias para algo que lhes era desconhecido.

Com amparo nos indicadores recolhidos, evidenciamos os desafios enfrentados pelas professoras no decurso de desenvolvimento de seu trabalho, tendo que (re)organizá-lo para atender remotamente as crianças,

Trabalho em casa fazendo planos, vídeos, jogos. Na escola, vou três vezes na semana dar aula ao vivo. Não tenho muita rotina, faço alternando as tarefas domésticas e cuidado com os filhos. (PROFESSORA 63, 1º ano).

Não tenho mais um horário de trabalho. Toda hora é hora de trabalhar. Segunda e quinta, reunião pedagógica, de 7h até terminar; à tarde, interação no grupo de Whatsapp, com crianças e pais até às 17h; no mais, planejamento, pesquisa e produção de atividades e materiais didáticos, participação em lives e acertos de detalhes de ações e decisões relacionadas às atividades e às crianças. Minhas 100h/a tornaram-se 300h/a. (PROFESSORA 42, 3º ano).

Apesar dos desafios enfrentados, evidenciamos a atitude e a determinação destas profissionais, pois foram paulatinamente se adequando e superando as adversidades com a realização de estudos, pesquisas por aplicativos e estratégias que respondessem às demandas decorrentes desse período, o que favoreceu o desenvolvimento ou incorporação das tecnologias de maneira mais efetiva nas práticas docentes.

4 Considerações Finais

Haja vista o que foi relatado, é verdadeiro concluir que o protagonismo docente foi um fator preponderante para a garantia da manutenção do vínculo entre criança e escola. Esta realidade, todavia, esteve parcialmente comprometida pela míngua de experiência com ensino a distância, ausência de formações com foco no ensino remoto, e também para o uso das tecnologias.

As docentes partícipes desta nossa demanda acadêmica atuam, em sua maioria, na rede pública de ensino, concedendo-nos a oportunidade de ter conhecimento acerca de como se desenvolveu o ensino remoto para a parcela mais vulnerável da população.

Sobre a ligação professora-alunos, malgrado elas terem afirmado a manutenção de contato com 77,6% das crianças, preocupa-nos o que aconteceu com as 22,4%, com as quais não tiveram contato. E, ainda, sobrou evidente, pelas escritas das professoras, a verdade segundo a qual o contato dava-se mais com algum membro da família, o que não garante que este contato tenha sido produtivo para a criança.

Percebemos nas respostas das professoras, sobre como se davam os estudos das crianças, que a execução de atividades do livro didático, associadas a outras também impressas enviadas às crianças por ocasião da entrega da cesta básica, foram de maior recorrência.

O modo de planejar passou a ocorrer na maioria das vezes de maneira coletiva, com troca de recursos, de estratégias, e até de meios tecnológicos entre as profissionais. Isto constitui um avanço que deve ser mantido, pois, em geral, em decorrência dos horários das professoras, o planejamento sucede de modo individual.

Esperamos que este recorte feito da pesquisa maior ressalte a importância da ação das professoras e impulse reflexões. Fica a indagação, que suscita outras possibilidades de pesquisa: que repercussões estas experiências trarão para o trabalho das professoras nestes anos de ensino, tempo no qual se processa a alfabetização?

Referências

APRECE/UNIDME-Ce. **Nota técnica 02 - Covid19**. 02.04.2020. Disponível em: http://aprece.org.br/wp-content/uploads/2020/04/aprece-associacao-dos-municipios-do-estado-do-ceara_nota-tecnica-conjunta-aprece-e-undime-02-covid-19.pdf. Acesso em 16.07.2020

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 05/2020**. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10.07.2020

CASTANHO, M.E. L; SOARES, W.F. **O Ensino Remoto em Tempos de Pandemia**. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas.25.05.2020. Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2020/05/25/o-ensino-remoto-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 23.06.2020

CEARÁ. **Decreto nº 33.510/2020**. Governo do Estado do Ceará. 16.03.2020.Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390721>. Acesso em 03.06.2021

FORTALEZA. **Resolução CME Nº 022/2020**. Conselho Municipal de Educação. 02.04.2020 Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Jos%C3%A9/Downloads/resolu%C3%A7%C3%A3o%20CME%20022.2020%20sobre%20reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20calend%C3%A1rio%20letivo%202020.pdf>. Acesso em 16.07.2020

SARAIVA, K; TRAVERSINI, C; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do ‘ensino’ remoto. **Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, ano XXXI, janeiro, 2021.

SOUZA, K. R. *et all*. Trabalho remoto, saúde docente e resistências coletivas em contexto pandêmico: a experiência de docentes da rede particular de educação. *In*: MAGALHÃES, J; FRIGOTTO, G. AFFONSO, C. (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021.